

DUNAS E ÁRVORES NAS PAISAGENS DE FORTALEZA (1810-1940)

Emy Falcão Maia Neto*

Se uma árvore fosse uma árvore e simplesmente uma árvore, se o rochedo fosse apenas uma massa pedregosa de forma atormentada, se o regato fosse água apenas, não contemplaríamos uma paisagem, mas uma sucessão de objetos justapostos (CAQUELIN, 2007, p. 154).

Entendidas como estrato da relação entre o visto e o labor das lembranças – conforme escreveu Simon Schama (1996) – as paisagens podem revelar diversos significados dados aos espaços. Entre desenhos e narrativas – elaboradas por viajantes, memorialistas, cronistas e literatos no século XIX e primeiras décadas do século XX – encontram-se elementos que possibilitam pensar em relações dos moradores com espaços físicos diferentes das atuais. Assim, este artigo busca discutir alguns usos desses espaços e sua dinâmica com o cotidiano da urbe.

Fortaleza foi construída próxima – ou mesmo dentro – dos campos de dunas e matas, que são normalmente minimizados, esquecidos ou silenciados nos estudos sobre a cidade. Com os anos, muito da paisagem mudou e isso trás um problema óbvio e importante: como conhecer a relação dos homens com a natureza quando não conhecemos o que lhes cercava? Como entender a relação com a ambiência, quando esta é desconhecida? O que as dunas e as matas tinham a ver com as pessoas? Talvez não seja possível, para as intenções – e proporções – deste artigo responder a todas essas perguntas. No entanto, buscou-se pensar nas paisagens naturais – e nas alterações nos espaços e nos significados – como mais uma possibilidade para se estudar a história da cidade.

O Ceará não se mostra o paraíso dos naturalistas, como do Brasil dizia Burmeister; pobres como são sua flora e fauna, ele não tem atraído a seu seio os estudiosos e amadores, como as regiões Amazônicas, onde a natureza pompa com todas as suas galas e maravilhas, ou as regiões do Brasil meridional, cujos minérios, de toda casta, convidam a geral atenção, despertam a curiosidade ou a cobiça de nacionais e alienígenas, e compensam todo e qualquer trabalho no sentido de sua exploração econômica ou do seu aproveitamento para os progressos da ciência. Isto quanto ao que diz respeito à naturalista. Com referência a etnógrafos e etnólogos estrangeiros, nunca os conheceu o Ceará (STUDART, 1918, p. 192).

* Doutorando – Programa de Pós Graduação em História Social – Universidade Federal do Ceará/ UFC. Estudante do Grupo de Pesquisa História, Memória, Natureza e Cultura – UFC. Bolsista – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ FUNCAP. E-mail: emyhistoria@gmail.com.

O Ceará, mesmo sem ser o destino final da maior parte dos estudiosos estrangeiros, foi frequentado no século XIX por viajantes. Alguns naturalistas e outros não. Uns em escala na travessia de barcos em direção ao Amazonas – Daniel Kidder¹, Louis e Elizabeht Agassiz² e Robert Áve-Lallemant³ – ou nos caminhos que separava o litoral do Sertão – George Gardner⁴. Outros tinham na província o destino de suas viagens – os participantes da Comissão Científica de Exploração e Henry Koster.

Em comum, eles deixaram registros, mesmo que durante rápidas passagens, de suas impressões sobre o que foi visto no Ceará, em Fortaleza e no seu entorno: as características da região, condições de salubridade e outros – entre os citados apenas Gardner não passou por Fortaleza.

O primeiro entre eles foi Henry Koster que, entre dezembro de 1810 e janeiro de 1811, esteve na Vila. Anos depois descreveu, assim, a região visitada:

É edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça, e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas, nalgumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o palácio do governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila (KOSTER, 1942, p. 164-165).

Em meio a um terreno arenoso, pequena e com poucas construções, a Vila, ainda segundo Koster (1942, p. 165-167), não poderia contar com a natureza que a cercava para almejar melhor ventura: o acesso por terra era difícil, não contava com um porto natural e era constantemente alvo de “terríveis secas”. A descrição do viajante, assim como grande parte dos estrangeiros que estiveram no Ceará entre 1810 e 1916 – o historiador Guilherme Studart listou 73 –, estava conectada com a expansão do capitalismo europeu no Brasil, que encontrava caminho mais propício desde a “abertura” dos portos às “nações amigas” (FREITAS, 2011, p. 8-9).

Henry Koster não era um naturalista, não devia relatórios nem outras obrigações técnico-científicas. Viveu em Pernambuco onde levou uma vida de pequeno proprietário até a sua morte em 1820 (CASCUDO, 1942, p. 9-27). Nesse ínterim, viajou à Inglaterra onde escreveu e publicou seu livro *Travels in Brazil* em 1816 com “as orientações e a vasta biblioteca” de Robert Southey (KOSTER, 1942, p. 4).

Segundo Izabel Marson (1995, p. 220), a boa acolhida do livro de Koster pelo público na Europa e nos Estado Unidos pode ser percebida pelo número de edições: a

primeira inglesa em 1816, três em 1817 (a segunda inglesa, a primeira americana e a primeira alemã); uma em francês em 1818; a segunda em alemão em 1831 e a segunda francesa em 1846. Não é novidade que os leitores estrangeiros do século XIX eram ávidos por informações sobre o novo mundo e principalmente sobre o Brasil (DUARTE, 2002, p. 268). No entanto, além de sanar a “curiosidade” de muitos, dando o Brasil a ler nesses países, não é absurdo imaginar, que esse livro consistisse em leitura oportuna aos que pretendiam estabelecer negócios no país (MARSON, 1995, p. 219-242).

Fortaleza dispunha de elementos que, se não estavam na ordem de prioridades do capital europeu, tornavam a região bem atrativa para os que pretendiam estabelecer moradia ou travar negócios relacionados ao mar.

Luiz Barba Alardo de Menezes – que era governador durante a passagem de Koster – em sua *Memória da Capitânia do Ceará* (1814), escreveu que o Ceará possuía “infinitas ribeiras e immensas serras de prodigiosa produção de todos os generos, especialmente de algodões, excellentes aguas, saborosos fructos; e os seus ares talvez sejam os melhores d'esse continente”. Além disso, Alardo de Menezes (1878, p. 258-259) exalta as vantagens do porto de Fortaleza – a proximidade com a Europa e os “ventos favoráveis” a essa navegação –, acusando Pernambuco de se utilizar do discurso de que a terra era improdutiva para tirar vantagens financeiras.

Barba Alardo de Menezes constrói sua narrativa de um lugar diferente de Koster: buscou exaltar a capitania para valorizar o trabalho que realizou. No entanto, traz outros elementos que seriam importantes para a maior ocupação do território e poderiam, no futuro, vir a ser lucrativos.

Fortaleza nunca esteve “de costas” para o mar. Não era possível. Os significados e os usos dados a esses espaços poderiam ser diferentes dos atuais, mas não eram inexistentes. Era por lá que saíam e chegavam mercadorias, pessoas e notícias e de onde vinha a maior parte do pescado que alimentava parte da população. Além disso, em suas proximidades viviam muitos.

O porto da vila / cidade foi alvo de constante atenção por parte do poder público, homens de negócio e viajantes. Assim, não é de se estranhar a atenção dada ao ancoradouro na *Planta do Porto e Villa da Fortaleza* elaborada em 1813 pelo ajudante de ordens Antônio Jozé da Silva Paulet. Eis a planta:

discordar da opinião de Raimundo Girão (1979, p. 209-222) que afirmava que o retrato do porto pintado por Koster não mudou durante todo o resto do século XIX. No entanto, essa afirmação não explica a relação construída entre os moradores com o ancoradouro da Prainha durante quase cem anos – mesmo que o porto tenha continuado como alvo de reclamações.

A região do porto, assim como grande parte da costa cearense, era coberta por montes de areias móveis – que se deslocam por causas naturais, sociais ou integradas. Esses deslocamentos aconteciam antes da ocupação da região. No entanto, com o crescimento da cidade, novos elementos – causas sociais e integradas – alteraram a dinâmica das areias. Assim, o porto sofria um constante processo de assoreamento, por conta das areias trazidas pelo vento. As dunas estavam por toda a parte, sendo assim agentes significativos na constituição da paisagem da região.

Sobre elas Daniel P. Kidder (1972, p. 137) escreveu:

A primeira coisa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia. Se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, ela os queima, e, se sopra o vento, a areia enche os olhos. São de areia o leito das ruas e os passeios laterais, com exceção dos pontos pavimentados com lajes e tijolos. Que se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro.

Robert Avé-Lallemant (1961, p. 17-18) escreveu ainda sobre as areias:

A areia amontoa-se por toda parte, em muito maior quantidade ainda. Sem que até aqui se possa ter explicado ao certo donde provém toda essa areia, ela acumula-se por todos os lados, sobretudo na extremidade sudoeste da enseada, como que saindo do mar, de maneira que tanto se pode pensar numa aluvião como mais ainda numa elevação da costa; em todo caso, presencia-se um quadro que lembra o Rio Grande do Sul. (...) Fui à cidade atravessando pequeno deserto de areia.

A areia em movimento que entrava nas botas e caía nos olhos se, não encontrassem as construções ou as pessoas no caminho, formariam campos de dunas ou depósitos de areias (FALCÃO SOBRINHO, 2006, p. 393). As areias tinham a capacidade de alterar margens de rios – ou mesmo fechar a foz – e transformar, ao sabor dos ventos, a paisagem da região. Além disso, eram responsáveis pelo equilíbrio da relação de estreitamento da praia – pelo avanço do mar – e alargamento – depositando novos sedimentos na faixa litorânea.

Gustavo Barroso (1989, p. 33) em seu livro de reminiscências *Coração de Menino* – que se remete ao período de 1900 até 1910 – escreveu que as dunas eram:

Errantes e livres como os meninos. Locomoviam-se. Mudavam-se constantemente. Tomavam propriedades. Afogavam coqueiros. Às vezes, retirando-se de um lugar



para o outro, descobriam-se casas e objetos que tinham estado anos e anos soterrados. Existia uma altíssima e muito íngreme do lado batido pelo vento, por trás da casa do prático Nascimento, na qual brincávamos horas seguidas de trenó.

Entre as tentativas para controlar esse fluxo das areias, as que se relacionavam ao porto foram numerosas e sistemáticas. Entre as diversas sugestões e projetos para resolver o problema, é oportuno destacar o do engenheiro francês Pierre Florent Berthot que sugeriu entre outras intervenções a construção de um paredão no Meireles e, posteriormente, o plantio de grama nas dunas.⁵ O paredão visava fazer com que a areia acumulasse em um ponto anterior ao porto e a grama dificultaria a movimentação de sedimentos. O muro foi construído e alguma grama foi plantada, no entanto, pouco tempo depois, o problema já voltava a atormentar os encarregados das melhorias no porto.

Além do porto, o movimento das dunas era considerado por muitos um empecilho à ocupação da região oriental da cidade. A ameaça constante das vontades das areias desvalorizava a terra, deixando-as para quem não tinham muita escolha. Composta pela Prainha, Meireles – vila de pescadores –, Outeiro e Aldeota, a região era habitada até o final do século XIX por pequenos sitiantes, pescadores, lancheiros – jangadeiros que trabalhavam na carga e descarga do porto –, estivadores e outros trabalhadores pobres.

Muitos não consideravam, sequer, essa região como parte da cidade. O ribeiro do Pajeú, segundo João Brígido (1912, p. 94-96) no seu texto *A Fortaleza em 1810*, dividia a cidade em duas zonas: uma à margem oriental do rio, ainda pouco habitada, e outra à margem ocidental, onde se localizava o centro da cidade. Essa diferença na demografia das duas zonas da cidade é creditada, ainda segundo Brígido, à profundidade e pouca abundância das jazidas de água daquele lado do rio.

No entanto, o que João Brígido chama de “pouco habitada” era, por certo, razoavelmente povoada por pobres. Quando o assunto é a urbanização da cidade de Fortaleza, o “trabalho da citação” – tomando de empréstimo o título do livro de Antoine Compagnon – tem pregado peças a alguns pesquisadores; que acabam tomando a referência de alguns autores – principalmente memorialistas – sem realizar uma necessária crítica, perpetuando, assim, visões com sérios problemas analíticos (SILVA FILHO, 2004, p. 98-99). Nos documentos pesquisados não há referência sobre escassez de água no lado oriental. Alguns, como as memórias de Gustavo Barroso, apontam uma região extremamente irrigada. Assim, não é possível concordar com a justificativa dada por João Brígido para o “pouco interesse”, entre os mais ricos, pelas terras do lado oriental do Pajeú.

Segundo Eustógio Wanderley C. Dantas (2002, p. 50), o deslocamento dos moradores do Centro para outros locais – principalmente, a margem oriental do Pajeú (Prainha, Outeiro e Aldeota) e o Jacarecanga – se deu relacionado a três aspectos: à busca, por parte desses grupos, por novas regiões para a construção de habitações que se adequassem a nova economia da valorização dos espaços na cidade; à criação de novos espaços propícios à construção dessas habitações com a ampliação do plano urbanístico até essas regiões; e, por fim, devido à facilidade no deslocamento desses indivíduos ao Centro com os “adventos da tecnologia” – os carros e os bondes.

Além disso, não é difícil imaginar que os primeiros ocupantes da região, com suas plantas, ferramentas e construções tenham dificultado a ação dos ventos, diminuindo o nomadismo dos morros. Possibilitando aos mais ricos seguranças para seus investimentos em locais que estivessem ligados às novas noções de “conforto” e de “viver bem” na década de 1930.

A ocupação espaçada dessa região possibilitava o bom desenvolvimento de cajueiros, coqueiros, jenipapeiros, manipuçás, muricis, araticuns, murtas, guarabirabas e ameixas do mato, que eram utilizados tanto na alimentação como no tratamento de doenças (GIRÃO, 1979, p. 30). Além de alimentar e curar, essas plantas eram utilizadas como lenha, material de construção e matéria-prima para a elaboração de diversos produtos.

No romance *A Normalista*, entre os personagens há um casal – Mestre Comes e Tia Joaquina (velhinha dos cajus) – que vivia num sítio próximo ao Centro.

Sobre eles escreveu Adolfo Caminha (2005, p. 165-166):

A tia Joaquina, conhecida no mercado pela *velha dos cajus*, e mais o mestre Cosme, eram um pobre casal que morava na Aldeota, cerca de um quilômetro da cidade, numa casinhola de taipa, dentro de um largo cercado de pau-a-pique plantado de cajueiros, todo verde no inverno, com um grande poço no centro, cavado toscamente, e ao fundo do qual sangrava um veio de água cristalina.

Era aí que viviam, há anos, desde a seca de 77 —, entre brenhas de camapus e matapasto, à sombra dos cajueiros, felizes, sem filhos. Corria-lhes a vida como um abundante manancial de águas límpidas em leito de areia.

Pela manhã, muito cedo, mestre Cosme saltava da rede armada no alpendre, enfiava a grossa camisa de algodão e lá ia com uma xícara de café no estômago, atrás da jumenta, da sua inseparável jumenta, que lhe dava o pão de cada dia e que carinhosamente chamava-a *Coruja*. O dócil animal costumava pastar à beira da cerca, tão feliz quanto o dono cuja presença punha-lhe uma expressão reconhecida no olhar manso. Mestre Cosme metia-lhe o focinho no freio, armava-lhe a cangalha, e abalava para o morro do Cocó a explorar a mata, a fazer lenha para vender no mercado a dez tostões a carga. Um dinheirão!

Mestre Cosme não queria vida melhor. Ao pôr-do-sol voltava com os seus ricos dobrões na ponta do lenço, escanchado na *Coruja*, sem cuidados, debaixo de seu grande chapéu de palha de carnaúba.

Tia Joaquina ficava trocando os bilros na almofada. Mas, em chegando o fim do ano, ia também à cidade fazer o seu negócio, com uma grande cuia na cabeça: —



“Olha o cajuzinho bom do Cocó! Olha o cajuzinho bom!” E voltava com a cuia vazia e com a isquinha de fígado para a ceia ou com o cangulinho fresco de alto-mar.

Chamavam-na a *velhinha dos cajus*, porque os cajus que tia Joaquina vendia tinham um sabor especial, eram doces como açúcar.

Mesmo se tratando de um trecho de ficção, não é difícil imaginar que a presença de pessoas como a *Velhinha dos Cajus* e *Mestre Cosmo* fosse corriqueira na cidade, uma vez que esses personagens assumem a função de dar camadas de realidade ao texto, buscando criar uma familiaridade com o leitor. A exploração das dunas também aparece no romance *A Afilhada* de Manuel de Oliveira Paiva (1993), onde há referência à presença de crianças e idosos carregando achas de lenhas nas dunas do Meireles.

Não se sabe – por superar em recorte e em esforço as intenções dessa pesquisa – quando a demanda por lenha nos domicílios diminui em Fortaleza – sendo em grande parte substituída pelo gás –, nem o que isso representou para o desmatamento das matas próximas. No entanto, é possível afirmar que a troca não aconteceu antes do final do período pesquisado e a lenha parece que se tornava cada vez mais difícil de obter nas primeiras décadas do século XX. Assim, fazia-se necessário comprar ou coletar a madeira necessária. Em 1836, foi criado um artigo no código de postura do município para regular alguns aspectos da coleta: o artigo proibía – sob pena de multa ou prisão – cortar lenha ou furtar madeira em terra alheia. Caso o autor fosse um escravo, o código facultava ao dono pagar a multa ou deixar o escravo preso por quatro dias.

O artigo é um indício da recorrência da prática. Assim, é possível pensar que à medida que a cidade crescia, maior tornava-se a demanda por lenha e mais rapidamente a mata próxima era explorada para atender a esse fim.

Os “papéis informais”, como escreveu Maria Odila Dias (1995), não costumam ser valorizados, mas são extremamente significativos para o processo da vida cotidiana. Em Fortaleza a coleta, o consumo e o comércio de lenha mobilizavam uma série de pessoas. Era extremamente significativo e crescia na medida em que aumentava a aglomeração na cidade. Os quintais – por maiores que fossem comparados aos atuais – não davam conta de suprir essa demanda. Para isso, desenvolveu-se um mercado que explorava trabalhadores pobres, destruía as matas – as próximas e as nem tão próximas assim – e que foi adaptando-se as mudanças na paisagem e as “novas oportunidades” que surgiam.

No entanto, os quintais supriam outras necessidades. Mesmo nos terreiros das casas localizadas no centro da cidade, não era raro encontrar pomares e hortas que lhes abasteciam a casa de frutas e verduras. Não raros são os relatos, como o de Robert Avé-Lallemant (1961, p.

17), que parece admirado com a grande quantidade de pés de ata – chamada em algumas regiões do Brasil de fruta do conde – e de graviola que existiam na cidade. Os moradores apreciavam cultivar árvores frutíferas em seus quintais. Gustavo Barroso (1989) escreveu que no quintal da casa em que morou – na respeitável Rua da Palma, atual Major Facundo – havia ateira, goiabeira e gravioleira. Além disso, ele assume que visitava furtivamente o quintal dos vizinhos onde devorava mangas, caju e cajaranas (BARROSO, 1989).

Além de frutas, muitos quintais produziam também outros vegetais, que eram consumidos e postos à venda em tabuleiros. Segundo Avé-Lallemant (1961, p. 17), essa facilidade em obter alimento fomentava a “preguiça” da “gente de cor” que passava “dias inteiros deitada na rede, sem nada fazer”. Objetivamente, não era de preguiça que se tratava. O viajante, motivado pelo preconceito, não levou em conta as especificidades da região e as atividades exercidas por muitos daqueles que ele acusava de preguiça.

Muitos dos que moravam nos arredores do centro e na região da praia – pontos visitados pelo viajante – trabalhavam em atividades que tinha início desde as primeiras horas do dia – na pesca, estiva, agricultura, extrativismo, lavagem de roupa e outras. Assim, esses trabalhadores tinham uma relação diferente com as horas que não aquela do autor e a proximidade com reservas de alimentos – às vezes até nos seus quintais – tornavam a vida um pouco menos dura – uma vez que a maior parte dessas plantas necessitava de cuidados e exigiam esforços.

Além disso, essas culturas em alguns casos geravam um pequeno excedente que era importante na receita doméstica. Movimentando um negócio de mulheres pobres e ricas. No romance *A Afilhada* de Manuel de Oliveira Paiva (1993, p. 256), a senhora Maria Fabiana – esposa do Desembargador Osório Pereira de Góis – fornecia produtos oriundos do seu quintal e produzidos pelos seus escravos domésticos à liberta Mãe Zefa – vendedora de tabuleiro. Assim como a fictícia mãe Zefa, havia em Fortaleza uma série de mulheres pobres que viviam da venda desses produtos – nas ruas e feiras da cidade.

As *Posturas Municipais* traziam uma série de artigos que buscavam regular a venda desses produtos: lugares específicos, asseio e forma de apregoar. Tais regras fazem pensar em uma intensa movimentação na cidade, que às vezes pode ficar despercebida em meio ao que os cronistas chamam de “burburinho urbano”.

Havia árvores nos quintais, mas também nas praças e logradouros da cidade. Essa presença tinha um lugar ambíguo: alguns arvoredos eram vistos como ilustres conterrâneos, outros como estorvos à urbanidade e, às vezes, as duas coisas ao mesmo tempo.

Carlos Eduardo V. Nogueira (2006) em seu instigante trabalho – *Tempo, progresso, memória* – escreveu sobre a derrubada em 1929 de um oitizeiro que ficava na rua da igreja do Rosário que causou grande celeuma na cidade, sendo objeto de diversos artigos das lavras de João Nogueira, Alcides Mendes e Gustavo Barroso nos periódicos locais. O oitizeiro – sem ter mudado de lugar – entrou na frente de adversário difícil de ser superado: o progresso.

Sobre a relação do Prefeito Álvaro Weyne com as árvores da cidade, João Nogueira (1980, p. 157-158) escreveu:

Na Índia se acredita que quem planta uma árvore sobe um degrau para o céu; e quem destrói outras desce outro tanto para o inferno.
Não sabemos se os deuses da Índia se ocupam com o Ceará; mas, se assim for, o nosso amável A. Weyne estará mal visto por eles.

Note-se que as obras da municipalidade não ignoravam a arborização da cidade. João Nogueira aponta que o prefeito mandava arborizar as ruas e praças com *ficus benjamins* – prática, também, reprovada por muitos, incluindo João Nogueira. Nesse momento as árvores eram objetos de diferentes tensões e discussões, que iam da necessidade de uma reserva de verde até a memória de uma cidade que estava deixando de existir junto com suas árvores.

João Nogueira (1980, p. 160-161), além do Oitizeiro do Rosário, enumera outras cinco árvores que, segundo o autor, tinham direitos de cidadania de Fortaleza por conta da sua antiguidade: dois cajueiros, dois coqueiros e uma casuarina. Desses, apenas um dos coqueiros – situado na Praça da Estação – ainda existia em 1929. Seria oportuno, acompanhar essa discussão nos periódicos e documentos oficiais para entender mais da relação entre os moradores e as árvores. Por hora, é preciso lembrar que a população de Fortaleza não apenas explorou a natureza que a cercava como travou com ela importante relação, que não estava fincada apenas sobre a pilastra do utilitarismo material, que criava sentimentos e memórias, além da lenha e dos frutos – mesmo que o fim do oitizeiro do Rosário tenha sido queimar nos fornos da Santa Casa de Misericórdia.

Por fim, o arruamento se sobrepôs as árvores – apesar de ainda existirem árvores que teimam com as ruas – no Centro de Fortaleza. Assim, as dunas e as plantas foram domesticadas (ou quase), mas vez por outra cobram o preço. Para citar apenas os mais visíveis, a ausência das dunas demandam insistentes investimentos para conter o avanço do mar – que eram controlados em parte pelos seus movimentos – e o aumento da temperatura e a diminuição dos mananciais, remetem as matas.

Referência Bibliográficas

- AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865–1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961.
- BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso - Coração de Menino* [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
- BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912.
- CAQUELIN, Anne. *A invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.
- CASCUDO, Luís da Câmara. “Prefácio do tradutor” [1941]. In.: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil* [1816]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.
- CHATIER, Roger. Do livro à leitura. _____. (Org.) *Práticas da Leitura*. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DANTAS, Eustógio W. C. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, Nº 44, 2002.
- FALCÃO SOBRINHO, José. Litoral Cearense: uma contribuição para a tipologia das dunas. In.: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* (orgs.) *Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expresão Gráfica, 2006.
- FREITAS, Antonio de Pádua Santiago. Estrangeiros e Cultura Capitalista Ceará (1810-1916) *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil* (províncias do Norte). [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972.
- MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

- MARSON, Izabel Andrade. Imagens da condição feminina em “Travels In Brasil” de Henry Koster. *Cadernos Pagu*. Campinas: 1995.
- MENEZES, Barba Alardo de. Memória da Capitania do Ceará. In.: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.
- NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. 126f. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980.
- OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. *Estranho em terra estranha: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista*. 305f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada [1989]. In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza Imagens da Cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004.
- STUDART, Guilherme. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918.

Notas

¹ Daniel Parish Kidder nasceu em 1815 em Nova York – Estados Unidos. Reverendo metodista, viajou com sua esposa ao Brasil a serviço da Sociedade Bíblica Americana – para divulgar, vender e distribuir bíblias e literatura reformista, traduzidas ao português, em nações não protestantes. Após passar algum tempo no Rio de Janeiro, visitou as províncias no norte passando por Fortaleza em 1839. Cf: (OLIVEIRA FILHO, 2011).

² João Luiz Rodolpho Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz eram naturalistas – ele suíço e ela americana. Desembarcaram na cidade de Fortaleza em duas oportunidades – em agosto de 1865 e em março do ano seguinte – durante deslocamento ao Amazonas. Na primeira ocasião, passaram apenas algumas horas – tempo suficiente apenas para banho, almoço e um pequeno passeio pela cidade. Já na segunda, demoraram 16 dias e nesse intervalo realizaram uma pequena excursão ao interior da província. Cf: (STUDART, 1918).

³ Robert Christian Berthold Avé-Lallemant nasceu na Alemanha onde se graduou em medicina. No ano seguinte, veio residir no Brasil onde clinicou até 1855 – quando retorna à Europa. Em 1858, retorna ao Brasil onde empreende uma série de viagens e elabora diversos relatos. Visitou a cidade de Fortaleza em junho de 1859 quando se deslocava ao rio Amazonas.

⁴ George Gardner foi um naturalista escocês que passou o período de 1836 até 1841 no Brasil, viajando por diversas províncias do império catalogando animais e plantas. Não passou por Fortaleza, mas por Aracati, onde aportou em 1838 e seguiu dias depois ao interior da província. Cf: (STUDART, 1918).

⁵ *O Cearense*. 15 Out. 1858, p.2. Em outras edições do periódico citado é possível acompanhar o desenrolar das ações para a “melhoria” do porto.